



Publicações Acadêmicas UFVJM



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPEs – LATINDEX
Nº. 20 – Ano X – 10/2021
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS DE TEÓFILO OTONI: O TIRO DE GUERRA 367 (1927-1938)

Profª Drª Felismina Dalva Teixeira Silva
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU/Brasil
Pós-Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU/Brasil
Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/MG/Brasil
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9463449129778946>
E-mail: felismina.dalva@ufvjm.edu.br

Naiara Barbosa
Licencianda em Matemática pela Universidade Federal
dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Bolsista /IC/PROACE
E-mail: naiara.barbosa@ufvjm.edu.br

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a história do Tiro de Guerra de Teófilo Otoni buscando elucidar o papel educativo realizado por esta instituição na educação dos jovens da cidade e região. As fontes existentes nos arquivos do Tiro de Guerra local mostram que o seu funcionamento se deu a partir de 1927, com o número TG367 e manteve uma regularidade no funcionamento até o ano de 1938. Este período foi definido como o recorte temporal da investigação. Existe um desconhecimento a respeito de sua criação e suas atividades e por isso uma questão mobilizou esta pesquisa: qual a história dessa instituição e quais conteúdos eram ensinados nas instruções que educaram os jovens de Teófilo Otoni e região? As pesquisas mostram que o Tiro de Guerra 367 era uma instituição híbrida porque nasceu do interesse da elite civil da cidade, apesar de seguir os regulamentos do Ministério da Guerra. O tipo de pesquisa que atende ao objetivo é a pesquisa documental cujas fontes primárias foram as atas que registraram as atividades do Tiro de Guerra e os jornais da época de sua criação. A principal conclusão da pesquisa é que o TG367, foi considerado uma instituição capaz de ensinar os valores de civismo e amor à Pátria, princípios defendidos pelo homem

republicano para formação do povo brasileiro. A pesquisa tem como referencial teórico os autores da história cultural, história das instituições escolares e não escolares e se insere nos estudos sobre a história da educação de Teófilo Otoni.

Palavras chave: Tiro e Guerra Instituições educativas Instrução e Educação

Introdução

Com a ascensão dos republicanos em 1889 difundiu-se no Brasil um projeto que buscava a construção de um país pautado na ordem e no progresso. Dentre as ações de reconstrução do país destacou-se a necessidade de organização do Exército Nacional. Com esse propósito destacou-se o poeta Olavo Bilac (1865-1918) que defendia o serviço militar obrigatório como forma de manter reservistas preparados para a defesa da nação. A preparação desses atiradores, nos seus primórdios, tinha como foco a defesa territorial do país (NUNES, 2017). Atualmente no Brasil existem cerca de duzentos e cinquenta e seis tiros de guerra, dentre os quais o de Teófilo Otoni. Cada unidade recebe uma numeração que identifica a região militar que pertence e o número que a identifica e o da cidade é denominado TG 04/018.

Na literatura foram encontrados trabalhos que discutem o papel dos tiros de guerra no Brasil e sua origem, relacionada com a criação de sociedades de tiro, inicialmente uma iniciativa da sociedade civil porque tinha função esportiva. Nunes (2017) pesquisou a história de uma sociedade de tiro de 1902, criada no Rio Grande (RS). Era uma sociedade de tiro ao alvo, voltada para atividades militares.

Baldi e Machado (2009) investigaram o Tiro de Guerra 239 e, segundo as pesquisadoras essa instituição teve seu início como uma das sociedades de tiro e foi considerada uma das mais organizadas do interior do Rio Grande do Sul. Seu funcionamento ocorreu entre os anos de 1918 a 1945, exercendo grande influência na vida militar e social na localidade de Santa Clara do Sul, na época, segundo distrito do município de Lajeado (RS). As autoras afirmam que o Tiro de Guerra tinha entre suas funções o treinamento para reserva do Exército, participação ativa na comunidade, manutenção da moral e da ordem, entre outros.

O trabalho de Weber (2012) teve como foco analisar as publicações do jornal “O Paladino” da cidade de Estrela, da região do vale do Taquari entre 1921 e 1939

sobre o Tiro de Guerra da cidade. O objetivo foi compreender porque as notícias foram elogiosas e em quantidade significativa na década de 1920 e quase desapareceram na década de 1930.

Um importante trabalho sobre o tema é a tese de Selma Lúcia de Moura Gonzales, defendida em 2008 no programa Pós-Graduação da Universidade São Paulo (USP/São Paulo). A autora discutiu a territorialidade militar terrestre no Brasil analisando os Tiros de Guerra como uma estratégia de presença territorial.

Para a definição desse grupo, atiradores são “os matriculados nos Tiros de Guerra, órgãos exclusivamente voltados para a formação dos reservistas conhecidos como atiradores” (GONZALES, 2008, p. 75). Este texto defende que os tiros de guerra estão enraizados na história de formação do povo brasileiro desde a organização das primeiras sociedades de tiro, se tornando uma instituição presente na formação dos conscritos onde ela se estabelece.

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar a história do Tiro de Guerra de Teófilo Otoni buscando elucidar o papel educativo realizado por esta instituição na educação dos jovens da cidade e região. O propósito primário do Tiro é formar reservistas do Exército Brasileiro, porém, considerando o desconhecimento da sua criação uma questão mobilizou esta pesquisa: qual a história dessa instituição e quais conteúdos eram ensinados nas instruções que educaram os jovens de Teófilo Otoni e região?

A pesquisa sobre o Tiro de Guerra se insere nos estudos sobre a história das instituições educativas da cidade e região, dentro do campo da história da Educação, possibilitada pelas reflexões disseminadas a partir das contribuições da *Escola de Analles* que possibilitou a renovação da historiografia em geral. A partir desse paradigma tornou-se possível a diversificação das temáticas, da pluralidade de objetos, de fontes e de uma maior adesão ao caráter interdisciplinar da história (VIDAL; FARIA FILHO, 2003; GONDRA, 2005; MONARCHA, 2007).

Nesta perspectiva as pesquisas valorizam o estudo dos mais diversos temas em educação: o ensino, as crianças, a educação das mulheres, o mobiliário, livros didáticos, arquitetura escolar, as instituições educativas formais ou não etc. (CERTEAU; LE GOFF, 1979; CHATIER, 1990; NUNES, CARVALHO, 2005; PINSK; DE LUCA, 2013; PROST, 2008). Nesse aporte tornou-se possível pesquisar a

história da educação em Teófilo Otoni tendo como seu *locus* instituições não formais de escolarização.

As fontes da pesquisa e o recorte temporal

Em Teófilo Otoni o Tiro de Guerra (TG) está enraizado na história e na formação dos teofilootonenses desde os anos de 1920 mas poucas pessoas da cidade conhecem a sua história, os aspectos da criação, as pessoas que lideraram a iniciativa e como os fatos ocorreram. É uma parte da história local que não foi alvo de interesse dos pesquisadores que estudam a história da região.

Dentre os documentos existentes no arquivo do TG local existe um resumo histórico que é apresentado nas reuniões festivas e demais eventos do tiro de guerra. De acordo com o texto ele foi inicialmente criado com a nomenclatura TG O4/102:

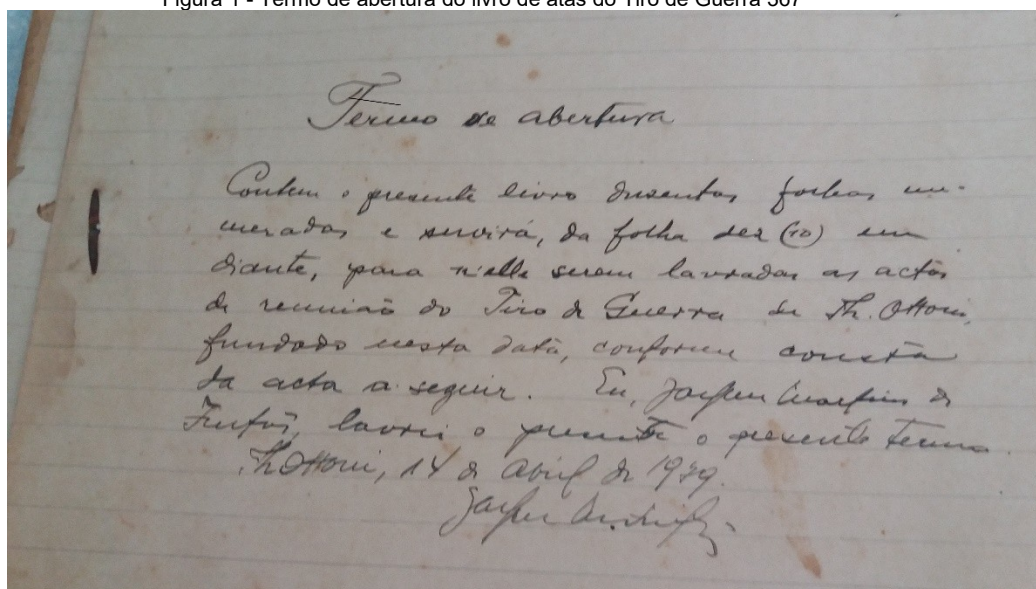
Através da Portaria nº 8.747, de 30 de outubro de 1945, do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, foi criado na cidade de Teófilo Otoni, o Tiro de Guerra/O4/102, com a finalidade de instruir o preparar reservistas de 2ª categoria do Exército Nacional. Na época de sua criação, assumiu a Direção do TG O4-102, o Sr. Otávio Esteves Otoni, Prefeito Municipal. Conforme previsto nas normas de organização, o prefeito da cidade em que foi instalado, passa a ser o Diretor do Tiro de Guerra. O TG foi instalado pela 1ª vez à rua 7 de Setembro nº 9, e após 3 anos, transferiu-se para a Rua João Lorentz, nº 70. O 1º Sargento Instrutor do TG O4-102, nomeado pelo Exmo. Sr. General Comandante da 4ª Região Militar, foi o 2º Sargento Erotides Pedro de Lima. O Tiro de guerra da cidade foi renumerado em 1979 e recebeu nova nomenclatura se tomando o TG04/018, e se encontra instalado na Praça 31 de Março, em sede própria (TG 04/018).

As pesquisas preliminares sobre a história do Tiro de Guerra local mostraram que existiu em Teófilo Otoni uma sociedade de tiro criada em 1929 e que após ser incorporada ao Tiro Nacional foi denominada Tiro de Guerra 367. À medida que o estudo dos arquivos foi se aprofundando, revelou que a criação da sociedade ocorreu no ano de 1927, dois anos, portanto, antes do registro formal do livro de atas localizado. Por esta razão o recorte cronológico inicial desta investigação foi o ano de 1927, e o recorte final foi o ano de 1938 quando os registros das atas se encerraram.

As fontes primárias para estudar a história do TG local foram as atas localizadas nos arquivos da instituição e jornais do período pesquisado disponíveis na He-

meroteca Digital¹. O primeiro documento é denominado “Livro nº 11 - Atas TG 102:1927-1933”. A análise da materialidade do objeto revelou que o livro se encontra em boas condições de conservação. Trata-se de um caderno pautado, encadernado, com 180 páginas, medindo 32 por 23 centímetros e denominado de livro pelos usuários. O objeto foi adquirido na livraria Neves, à época propriedade do advogado Dr Raymundo Neves Júnior. As informações na primeira página mostraram que o caderno inicialmente, foi adquirido para ser utilizado pela Câmara Municipal da cidade porque foi registrado no termo de abertura esta intenção. Alguns registros da Câmara foram realizados até a página oito e posteriormente, elas foram cuidadosamente grampeadas para reaproveitamento das atas de reunião do Tiro de Guerra (Figura 1).

Figura 1 - Termo de abertura do livro de atas do Tiro de Guerra 367



Fonte: Livro de Atas, 1929.

Outra fonte importante da pesquisa foi o impresso. Dois jornais circularam na região no início do século e foram localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Trata-se dos jornais “A Família” e “O Mucury”. Esses jornais serviram de fonte para entender o espaço ocupado pela instituição e como a escolarização era vista no período da constituição da sociedade de tiro.

Os exemplares “d'A Família” depositados na Hemeroteca Digital são edições de 1913 a 1930. Não há uma ordem cronológica regular, porque algumas edições se

¹ www.hemerotecadigital.bn.com.br

perderam no tempo. Era redigido e administrado pelos padres franciscanos da Ordem Menor. Apesar de não ter sido localizada nenhuma edição afirmando qual teria sido o primeiro diretor, há indícios de que esse redator/diretor tenha sido Frei Sabino Staphorst porque foi mencionado pelo jornal “O Mucury” como sendo o antigo diretor do “A Família”. Além de Frei Canísio, outros redatores foram Padre Frei Luiz Geldens O.F.M. e Padre Frei Cyrino Teernnstra O.F.M, este último o redator responsável na década de 1920. O jornal era impresso na Typographia São Francisco, localizada na Praça Tiradentes, provavelmente uma gráfica de propriedade da igreja ou da Ordem dos Franciscanos.

Os aspectos da materialidade do impresso “A Família” mostraram que era um semanário, com uma média de quatro páginas, poucas ilustrações e que, ocasionalmente em situações de aumento das propagandas, a edição poderia conter entre seis e oito páginas.

O cabeçalho do impresso contém diversos elementos que identificam o jornal. O título aparece centralizado entre dois símbolos da Ordem dos Franciscanos. Abaixo do nome uma frase em latim *adveniat regnum tuum. orat. et labora*², ano, valores da assinatura (anno 10\$000, semestre 6\$000 e número avulso \$200). A informação que se trata de um “semanário catholico de grande circulação” e do “norte de Minas” acompanha os dados. O nome dos redatores, a tipografia, local, a data da edição e o nome do país foram incluídos no cabeçalho. Em seguida há uma tabela com os valores das publicações pagas, discriminadas e com valores diferenciados em função das páginas de localização. Na última coluna do cabeçalho aparece o número da edição. O jornal é paginado no canto superior esquerdo.

“O Mucury” foi o segundo jornal pesquisado para buscar compreender o cotidiano da cidade nos anos de 1920 e também rastrear a história do tiro de guerra. Foram localizados diversos exemplares do jornal (1901-1930), sendo que o primeiro exemplar é a edição 124 de 17 de novembro de 1901. O jornal pode ser considerado um marco do período republicano que se iniciava.

A apresentação material do “Mucury” segue um padrão em todas as edições. No cabeçalho, o nome da cidade, a data e o estado. Abaixo, centralizado, o nome do impresso em letra cursiva, em destaque. Logo abaixo, também centralizado, aparece o nome do redator chefe Dr. Juscelino Barbosa (advogado). Na coluna que se

² “Venha o teu reino, ele ora e labuta”.

segue, aparece o ano, seguido do valor da assinatura 10\$000 por ano; a informação que se trata de uma publicação semanal, e o endereço da redação e da oficina localizada à rua Direita. O valor da assinatura por seis meses custava 6\$000, e aparece próximo da última coluna, juntamente com o número da edição. O semanário é dividido em colunas de tamanho irregular e contém os mais variados temas. São em média quatro páginas por edição, com poucas ilustrações, podendo chegar até oito, no caso de um maior número de propagandas.

Apesar dos aspectos similares da materialidade dos impressos, eles se diferem nos aspectos da imaterialidade porque enquanto o “Mucury” estava focado em temas considerados mundanos, como a política por exemplo, o jornal “A Família” demonstrava maiores preocupações em defender os valores morais e religiosos, educando a cidade através de suas páginas. Numa das suas edições, o “Mucury” declaradamente reconheceu a diferença entre ambos, ressaltando a característica mais religiosa ou confessional do seu concorrente.

O Tiro de Guerra 367: história

Após a Independência do Brasil foi reafirmada a obrigatoriedade do Serviço Militar na Constituição de 1824, conforme o texto do artigo 145, determinando que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência, a integridade do Império e defendê-lo de seus inimigos” (CONSTITUIÇÃO, 1824)³.

Foi necessário desenvolver uma cultura da importância do serviço militar porque havia uma rejeição da relação que o Exército estabelecia com a sociedade e com os próprios recrutados. Segundo Carvalho (2006) as ideias de soldado cidadão e do recrutamento universal tiveram origem na revolução burguesa de 1789. Esta ideia é importante para compreendermos as estratégias do Exército Brasileiro. A realidade brasileira foi disseminar a ideia do soldado-cidadão com o intento de promover a abertura da sociedade para o Exército e não a abertura do Exército para a sociedade (CARVALHO, 2006). Para tal apoiou a criação de sociedades de tiro.

³ www.planalto.com.br

Para entender a importância e a utilidade da criação das sociedades de tiro conforme defendido nesta pesquisa é necessário entender os primórdios do recrutamento. De acordo com Carvalho, 2006:

Na fase inicial dos exércitos permanentes europeus, em que o grau de profissionalização e especialização ainda era rudimentar, o recrutamento era uma variável de grande importância. Era ele que definia a relação do Exército com a estrutura de classes da sociedade. Tradicionalmente, por exemplo, o corpo de oficiais era recrutado entre a nobreza e os praças recrutados entre os camponeses e os proletários urbanos (CARVALHO, 2006, p. 14).

Qual a ligação dessa realidade com a criação da Sociedade de Tiro de Teófilo Otoni dos anos de 1920? O Ministério da Guerra reconhecia a aversão da população pela carreira das armas. Os recrutados eram caçados praticamente a laço, obrigados a servirem nove anos e os voluntários obrigados a servirem seis anos. O tempo de serviço extenso já se constituía uma razão para que os homens fugissem da obrigação. A deserção era alta, muitas mortes e doenças acometiam os soldados.

Barroso (1922) mostrou espanto com a estratégia do recrutamento no Brasil em 1750, [considerado] “violento e curioso, o systema de recrutamento. A certa hora, prendiam-se todos os homens que se encontravam na cidade. Depois, entre elles, as autoridades escolhiam os que deviam assentar praça (BARROSO, 1922, p.15). O governo tentava endurecer “a caça aos candidatos” e as penalidades para aqueles que fugiam da obrigação “de pegar em armas”.

Como forma de evitar a fuga e coibir as estratégias de subversão, após 1880 foi estabelecida uma norma, na qual a admissão em Serviço Público só poderia ser feita se o cidadão provasse ter cumprido as obrigações militares. Com a promulgação da lei 1.860 de 4 de janeiro de 1908, pela qual se empenhara o então Ministro da Guerra no governo Afonso Pena, Marechal Hermes da Fonseca, entrou em vigor o serviço militar obrigatório. Pouco e pouco “foi-se ampliando a ideia do serviço das armas, substituindo-se o soldado profissional, geralmente analfabeto e ignorante, por conscritos das demais classes sociais” (CABEDA, 2020, n.p.). A distância entre o legal e o real continuava grande porque os brasileiros em condições de servir usavam de toda sorte de artimanhas para evadirem da responsabilidade e o quadro pouco se alterou.

Em 1885, foram criados os Clubes de Tiro e a Sociedade de Atiradores. Essas organizações eram formadas por imigrantes alemães no Rio Grande do Sul (RAMOS, 2000). Hermes da Fonseca deu um grande impulso à transformação do Exército e em 1906, aproveitando dessa iniciativa, reativou a Confederação Brasileira do Tiro que havia sido criada em 1896, mas que não teve êxito na época. Era sua intenção estabelecer um primeiro passo para aproximar do serviço militar os jovens de classe média e alta.

Essa confederação beneficiou os objetivos do Exército brasileiro em relação ao recrutamento e preparação de reservistas. A organização era composta por sociedades de tiro, inicialmente criadas por grupos da elite que buscavam “espaços de representação social e política (...) que, ao se constituir, esteve excluída do processo político, dele se apropriando mais tarde” (GONZALES, 2008, p. 108).

Essa configuração contribuiu para que os jovens prestassem o serviço militar nas escolas de soldados que eram criadas por essa elite numa parceria estratégica com o Exército. Carvalho (2006) observou um aumento dos interessados nessas organizações, constatado pelos números. Em 1907, já havia 50 sociedades de tiro organizadas com um total de 13.511 membros (CARVALHO, 2006). Barroso se refere ao mesmo fenômeno nos anos de 1900 afirmando que as linhas de tiro, “enxamearam por todo o Brasil” (BARROSO, 1922, p.5).

Nos anos de 1920, década do registro da criação da sociedade de tiro teofilootonense, houve um renovado interesse com a prática do tiro. Na hipótese desta pesquisa, essa adesão ao esporte foi influenciada pela cultura dos colonos imigrantes, com destaque para alemães, suíços, belgas, etc. na região. As trocas culturais entre esses povos na mesma cidade, e com os imigrantes do sul do país, que foi o berço dessa organização, podem ter sido determinantes para introdução da prática no Vale do Mucuri.

O decreto nº 243 de 18 de julho de 1935⁴ que aprovou o regulamento da diretoria do serviço militar e da reserva. No capítulo X formalizou como o Exército caracterizava o Tiro de Guerra:

Art. 31. Os Tiros de Guerra são associações organizadas por cidadãos brasileiros, com o fim unico e exclusivo de se prepararem para a defesa da Patria, recebendo a

⁴ A legislação pesquisada está disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em 2020/2021.

instrução militar e praticando o tiro de guerra, que os tornarão aptos para o cumprimento desse dever.

Representa uma revelação de alto patriotismo e, em caso de ameaça de guerra, podem ser chamados a desempenhar missões de mais alta relevância para a defesa do País; por isso, são credores de todo o apoio e carinho das autoridades civis e militares federais, estaduais e municipais.

Não são, porém, forças militares ou militarizadas, previstas como tais; sua função é de escolas de preparação militar (DECRETO nº 243, 18/07/1935).

Os Tiros não eram considerados pelo Exército como “forças militares ou militarizadas”, mas uma escola de preparação militar, o que de certa forma indica um paradoxo nas duas afirmações. Segundo o decreto 14.104/1920, saber manejar a arma e receber a instrução militar era a garantia que esse atirador estaria pronto para exercer seu papel de defensor do país.

A data de criação e instalação da sociedade de tiro de Teófilo Ottoni que se tem registro, ocorreu no dia 14 de abril de 1929. A reunião se realizou no salão da Câmara Municipal de Theophilo Ottoni. O presidente da Câmara, na fundação, era o Dr. Nerval de Figueredo. Os presentes à reunião eram pessoas que compunham os grupos dirigentes da cidade: Srs. Pericles de Magalhães, Oficial do Exército Nacional, Deputado Martins Prates, Drs. Theodolindo Antônio Pereira, João Kubstcheck de Figueredo, Newton Fonseca, Ariosto de Belle, Alberto Francisco de Barros, Antônio Nobre Bomfim, Cel. Gustavo Costa, representante do Dr. Eustáquio Peixoto, Major Feliciano Eaneckin Barreiros da Cunha, Delegado da Polícia, outras autoridades: candidatos atiradores e outras pessoas presentes que assinaram a presente ata (Figura 2).

A ata contém os objetivos da sociedade e trata dos aspectos formais da sua constituição, inclusive definindo as taxas a serem pagas pelos sócios:

O senhor presidente, (...) expôs o fim da reunião e fez demoradas e entusiásticas considerações sobre os fins da sociedade que se ia fundar nessa cidade, mostrando a premente necessidade da mesma, não só em benefícios dos nossos jovens patriotas, que se veram, como atiradores, isentos do [serviço] militar, enquanto que, desse modo, prestarão também o seu concurso à família e a nação. Em seguida, declarou que a Linha de Tiro em Theophilo Ottoni tem por norma cumprir e fazer cumprir todas as disposições legais que dizem respeito à associação. Falla em seguida o tenente Pericles de Magalhães; mostrando a necessidade da fundação do Tiro e faz por fim, um appello aos moços de Theophilo Ottoni, para que a Linha de Tiro tenha um êxito feliz. Falla por fim o deputado Martins Prates que faz elogiosas referências a sociedade em fundação, percorrendo longamente sobre os seus utilíssimos fins. Termina falando sobre a necessidade de eleição da directoria provisória e lembra os nomes dos Srs. Doutores Eustáquio Peixoto, Theodolindo Antônio da Silva Pereira, Major Turibio José Álvares e Antônio Álvares de Sá, para os logares respectivamente de Presiden-

Federal. Era necessário que se apresentasse a planta do terreno a ser doado ao Ministério da Guerra para construir a linha de tiro⁵.

Na mesma reunião ficou confirmada a tabela de contribuições conforme a determinação legal que normatizava o valor a ser cobrado (Quadro 1). A alínea i do artigo 27 capítulo IX do decreto 16013, determinava que as sociedades não cobrassem dos sócios joia superior a 20%, (o decreto não define qual o parâmetro se refere para os 20%), nem mensalidade superior a 5\$. A Diretoria da Sociedade decidiu por manter a orientação do decreto. Segundo o mesmo decreto, “poderiam ser admitidos sócios gratuitos, para o fim especial de frequentar as escolas de instrução militar, rapazes que provassem que não ganhavam mais de cem mil reis⁶ por mês” (Livro de Atas, 1929).

Quadro 1- Valores da joia e da mensalidade cobradas na Sociedade de Tiro de Teófilo Otoni.

Joia	Mensalidade
10 mil réis	2 mil réis
10 mil réis	5 mil réis

Fonte: Livro de Atas, 1929.

O valor das contribuições não era acessível aos jovens de situação econômica desfavorecida⁷, porque os interessados deveriam arcar com uma mensalidade. Considerando o contexto da época, esses valores pesariam no orçamento de uma família com poucos recursos.⁸ Esse contexto confirma a hipótese de que a sociedade foi criada para um pequeno grupo da elite local. Mesmo composta por atiradores pertencentes à uma classe econômica favorecida, a diretoria tinha dificuldade no recebimento dos valores da mensalidade, conforme registrado em atas de prestação de contas da diretoria. Nenhuma ata posterior registrou a entrada de sócios gratuitos.

Foi convocada uma reunião da diretoria para o dia 09 de julho de 1929 cujo ponto de pauta principal era a informação sobre a incorporação da sociedade local

⁵ O terreno foi doado pela viúva do Coronel Ramos intermediado pelo juiz Eustáquio da Cunha Peixoto e após sua mudança para Juiz de Fora ele desobrigou a viúva do compromisso assumido (Atas, 1929).

⁶ O mil réis foi implementada por Dom Pedro II pela Lei nº 59 de 08/10/1833 e vigorou até 31/10/1942; durante 109 anos. Um milhão de réis era chamado de um conto de reis.

⁷ Para se ter ideia dos valores da “joia” e da mensalidade com 10 mil reis seria possível comprar no mercado local dez réstias de alho, ou quatro garrafas de copayba, custando cada uma 2\$500 reis, ou quatro garrafas de azeite de mamona custando cada uma 2\$400 reis. Uma ferradura de burro custava 7\$000, o “cêbo” custava 20\$000, a saca de café tipo B 22\$000, o Assucar de Minas Novas 18\$000 (O “Mucury”, 1929).

⁸ Considerando o padrão ouro, à época cada 1\$000,00 correspondia a 1/8 de ouro de 22 k. Disponível em: www2.assis.unesp.br. Acesso em: 29.abr.2021

ao Tiro Nacional. A ata da sessão da diretoria foi intitulada de Ata de incorporação da Sociedade.

O registro da ata iniciou com a apresentação do tiro de guerra com o número recebido, e a informação que havia sido providenciada uma sala para o quartel, conforme a transcrição: "Na sala principal do edifício em que funciona o Quartel do Tiro de Guerra 367, de Theophilo Ottoni na rua Manuel Esteves, número 20". Na sessão foram apresentados os seguintes documentos:

Um telegrama com data de seis(6) deste mês, de Julho, do Capitão Souza Reis, inspetor Geral de Tiros, comunicando ter sido a nossa Sociedade incorporada à diretoria Geral dos Tiros de Guerra, sob o número 367, **dando-a assim como sendo o antigo Tiro se organizado com o mesmo número** (Ata, 1929, sem grifo no original).

A partir desta data a sociedade de tiro, com 52 sócios foi novamente incorporada à diretoria Geral dos Tiros de Guerra, como um dos seus pelotões com o número 367. Na presidência da Diretoria estava o juiz de Direito da cidade, Dr. Eustáquio da Cunha Peixoto. O primeiro instrutor do TG 367 foi o Tenente da Guarda Nacional Péricles de Magalhães.

Os estudos dessas fontes permitiram uma leitura sobre esse momento histórico da cidade de Teófilo Otoni e região. Um grupo da elite criou uma sociedade de tiro na cidade e uma escola de soldados. Após sua criação, a sociedade foi incorporada ao Tiro Nacional e recebeu o número 367. A incorporação implicaria em seguir as normas do Ministério da Guerra para seu funcionamento, além de receber armamento e munição. Os uniformes seriam da responsabilidade dos sócios. Um dos benefícios principais era que aqueles que associassem ao TG367, seriam dispensados do serviço militar obrigatório e, após o período de formação, seriam considerados reservistas do Exército.

Instruções, educação e o rito de passagem

O "entusiasmo pela educação"⁹ tomou conta do país e especialmente em Minas Gerais na administração de Francisco Campos (1891-1968) na Secretaria de Interior e Justiça e Mário Casasanta (1898-1963) na Inspeção da Instrução Pública.

⁹ Termo utilizado por Jorge Nagle (2001) para explicar a educação e a sociedade na Primeira República.

Muitas reformas foram empreendidas na educação. Além dos fatores expostos sobre a resistência da sociedade ao serviço militar forçado, esse clima de otimismo pode ter sido um elemento propulsor da criação da escola de soldados dentro da sociedade de tiro de Teófilo Otoni.

Um grupo de dirigentes locais se destacava no controle dos rumos da cidade em seus diversos aspectos. Era formado pelos proprietários de terras, intelectuais, advogados, jornalistas, muitos deles professores, políticos em geral, funcionários de órgãos públicos, que defendiam os ideais republicanos. Esse grupo assumia o papel de tornar seus próprios valores aqueles que a sociedade em geral deveria seguir.

Ganhou força em Teófilo Otoni a ideia de que a educação tinha a função de preparar o indivíduo para um novo mundo que surgia, pautado pela ordem e progresso e a escola seria o lugar para que o indivíduo desenvolvesse seu potencial. Era função da instituição de ensino aperfeiçoar o homem, fornecendo instrumentos para que ele cumprisse seu papel no progresso social. A ausência dessas instituições formais era denunciada na imprensa. Os jornais buscavam publicar os anseios das famílias locais, que viam seus filhos migrarem para as grandes cidades em busca da continuidade da escolarização.

As sociedades de Tiro organizadas por civis tinham sua importância porque elas exerciam a função de braço educativo do Exército com baixo custo e teriam maior probabilidade de chegar naqueles lugares onde seria impraticável a presença dessa Instituição. O Decreto 12.708 de novembro de 1917 propõe metodizar as instruções enquanto o decreto 14.085 de 03/03/1920 apresentou um capítulo com especificações sobre essas práticas. Além do foco nas instruções estimulava-se o ensino dos valores cívicos e o alto patriotismo reforçando os ensinamentos das instituições escolares.

Os processos educativos no TG367 tinham dois currículos: um currículo explícito normatizado conforme previsto nos decretos e outro denominado oculto (SILVA, 2005).

O currículo explícito dos ensinamentos da escola de soldados, que poderia ser composta por alunos a partir de 16 anos, tinha como conteúdo o previsto no Decreto nº 14.104 de 07/03/1920 no capítulo XI que normatiza a instrução nas sociedades de tiro incorporadas.

Com o objetivo de propagar a instrução militar no meio civil era necessário manter as lições ou instruções. O currículo, entendido como um caminho, uma trajetória a ser seguida, deveria constar prioritariamente do manuseio das armas e técnicas de guerra. O ensino ministrado nessas escolas de soldados bem como nas demais que optassem pelo ensino militar, deveria obedecer às “prescrições do regulamento para a instrução dos quadros da tropa (R. I. Q. T.), em tudo que possa ser aplicado às sociedades de tiro de guerra” (no Decreto nº 14.104 de 07/03/1920).

As aulas tinham uma metodologia baseada na repetição cujo conteúdo a ser aprendido era desenvolver a habilidade no manuseio das armas utilizadas pelo Exército. Esse conteúdo foi detalhado no Decreto 14.104 considerado como os deveres dos atiradores: “d) só fazer exercícios com armas adotadas no Exército; e o segundo dever era “adotar nos exercícios e instruções de tiro os regulamentos e modelos de alvos da infantaria do Exército”. Estes deveres sintetizavam o conteúdo explícito dos tiros de guerra. Aliados a eles a inculcação dos valores de civismo e amor à Pátria, princípios defendidos pelo homem republicano para formação do povo brasileiro e que eram ensinados em aulas expositivas se constituindo no currículo explícito.

O currículo oculto ensinado no TG367 pode ser identificado nas características da organização, no treinamento dado, na proposta de uma educação defensora de valores tradicionalmente vistos por essa sociedade como sendo masculinos. Desde a sua inserção o atirador recebia um uniforme que o identificava, cortava o cabelo de uma forma específica, aprendia fazer continências e habilidades nas técnicas de disparo em armas de fogo, ordem unida, atividades físicas e os regulamentos básicos. Todas as atividades tinham a função de testes que visavam questioná-los a respeito de suas condições para assumir o novo papel de cidadão que demonstrava o mais alto patriotismo (BRASILEIRO; SÁ; HELAL, 2015).

Os fundamentos desse currículo eram a submissão e a obediência e se expressavam através de rituais, gestos e práticas corporais e falas pontuais dos instrutores. Pode ser percebido por meio das atas em que se narravam as tensões entre os soldados e os instrutores, os sargentos do exército ativo, conforme definido nos decretos expedidos. Os códigos da classe eram transmitidos por esses militares transformando o treinamento militar em um verdadeiro rito de passagem para os “instruendos”. A eficiência desse ensino oculto estava diretamente ligada ao tipo de

personalidade desses sargentos cujas características, muitas vezes marcadas pelo rigor, causavam admiração entre os atiradores e modelos a serem imitados. Além desse fator, esses alunos possuíam valores essenciais para a instituição antes mesmo do seu ingresso, em razão da classe social de pertencimento e da idade definida para o cumprimento do serviço militar.

O Tiro de Guerra de Teófilo Otoni manteve seu funcionamento com uma escola de soldados, com registros regulares das atividades até o dia 14 de agosto de 1938, quando foi feito o último registro no livro de atas.

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi investigar a história do Tiro de Guerra de Teófilo Otoni buscando elucidar o papel educativo realizado por esta instituição na educação dos jovens da cidade e região. As pesquisas mostraram que a história do TG local teve seu início em 1927 com a nomenclatura TG367. Era uma instituição híbrida porque nasceu do interesse da sociedade civil, mas ao ser incorporada ao Tiro Nacional seguia as normas do Ministério da Guerra. No período de criação do TG 367 nos anos 1920, o Brasil almejava a inserção no mundo civilizado, buscando sua identidade e o seu desenvolvimento tendo como valores a ordem para o progresso. A cidade de Teófilo Otoni vivia o “entusiasmo pela educação” e a criação do Tiro de Guerra, foi um marco desse momento. A instituição era vista como sendo capaz de ensinar os valores de civismo e amor à Pátria, princípios defendidos pelo homem republicano para formação do povo brasileiro.

Neste contexto o TG367 tinha um currículo explícito, objetivamente identificado nas diversas normas expedidas pelo Ministério da Guerra e tratava dos conteúdos instrucionais a respeito do manuseio das armas e de táticas de guerra. Além destas habilidades eram ensinadas lições com propósito de desenvolver o patriotismo e que foram chamadas de moral e cívica. O tiro de guerra teve o papel de servir de rito de passagem para inúmeros jovens da cidade e região. Esses sujeitos possuíam características essenciais para a instituição antes mesmo do seu ingresso, em razão da classe social de pertencimento e que constituía o conteúdo do currículo oculto.

Esta pesquisa é apenas um recorte das muitas possibilidades oferecidas

pelos arquivos que foram disponibilizados. A história do TG367, dos seus fundadores, os atiradores que frequentaram a escola de soldados, o papel desempenhado nos acontecimentos políticos nacionais e na história da educação da cidade, não se esgota nesta pesquisa. Muitos veios se abrem nos arquivos e podem ser explorados por futuros pesquisadores considerando o rico material localizado.

Apesar desse recorte regional as formas de realização da pesquisa e a reflexão sobre as fontes, dialogam e são atravessadas por especificidades da história da educação brasileira.

Referências:

BALDI, Marcele; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. A história regional através do acervo fotográfico do Tiro de Guerra 239/1 Santa Clara do Sul/Rio Grande do Sul. **Revista Destaques acadêmicos**. CCHJ/UNIVATES, Ano 1, n. 2. 2009.

BARROSO, Gustavo. **Uniformes do Exército Brasileiro -1730-1922-** Paris: A Ferroud, 1922.

BRASILEIRO, Filipe Sá; VIEIRA, Fernando Augusto Alves, HELAL, Diogo Henrique. Ritos de passagem e conhecimento: uma relação de cunho simbólico e cognitivo nas organizações. **TransInformação**, Campinas, 27(2):179-188, maio/agos.2015. Disponível em: www.scielo.br. Acesso:15.jun.2021.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo. A sombra do Conde de Lippe no Brasil: os artigos de guerra. www.acadhistoria.com.br. Pdf. Acesso em 19/02/2020.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio: Jorge Zahar, 2006.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: LE GOF, Jacques; NORA, Pierre. (Orgs.) **História: novos problemas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

GONDRA, José Gonçalves et.all. **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de presença**. Tese. São Paulo; USP, 2008.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES; Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves et.al. **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PINSK; Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **Documentos de identidade**: uma introdução à teoria do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n.45, 2003, p.37 -70.

WEBER, Daniela Maria. Os Tiros de Guerra através do jornal *O Paladino*. **Revista Signos**. Ano 33. n.1, 2012, p. 23-44.

Fontes:

Livro nº 11 - Atas TG 102:1927-1933

Jornal "O Mucury" (1901- 1930)

Jornal "A Família" (1913 -1930).

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/2021

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424